

RAFAEL OLIMPIO DE CARVALHO

Judicialização do Direito Médico no Estado do Rio de Janeiro

ITAPERUNA
RIO DE JANEIRO – BRASIL
2023

RAFAEL OLIMPIO DE CARVALHO

Judicialização do Direito Médico no Estado do Rio de Janeiro

Projeto de Pesquisa Científica
orientado pelo Prof. Dr. Sérgio
Gomes da Silva na Disciplina de
Trabalho de Conclusão do Curso de
Medicina do Centro Universitário
Redentor.

ITAPERUNA
RIO DE JANEIRO – BRASIL
2023

Título do projeto: A Judicialização do Direito Médico no Estado do Rio de Janeiro.

Autores: Rafael Olimpio de Carvalho¹, Sergio Gomes da Silva^{1,2}.

Afiliações: Centro Universitário Redentor e Fundação Cristiano Varela.

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar a judicialização do direito médico no Estado do Rio de Janeiro, avaliando o número de ações judiciais na área médica nos últimos 10 anos, os motivos e consequências para pacientes e médicos, os resultados dos julgamentos, a celeridade no julgamento, o valor das condenações, as especialidades médicas mais demandadas judicialmente, a natureza das pessoas e das pessoas jurídicas no polo passivo, e a distribuição dos processos por sexo do autor e réu. A pesquisa aborda a judicialização da saúde no contexto específico do Estado do Rio de Janeiro. Para alcançar o objetivo proposto, será realizada uma análise de dados coletados nos tribunais de justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 2013 a 2023. A presente pesquisa pode contribuir para a compreensão da judicialização da saúde no Estado do Rio de Janeiro, oferecendo subsídios para a tomada de decisão por parte dos gestores públicos e privados, dos profissionais da saúde e dos operadores do direito, visando à adoção de medidas que possam reduzir a judicialização e garantir o acesso à saúde de forma mais efetiva e justa para toda a população.

Palavras-chave: judicialização da saúde; responsabilidade médica; processos éticos; danos à saúde; especialidades médicas mais demandadas judicialmente.

1. Introdução

A judicialização do direito médico é um fenômeno que tem ganhado destaque nos sistemas de saúde, tanto públicos quanto privados. Esse termo se refere ao processo de recorrer ao poder judiciário para obter acesso a medicamentos, tratamentos e procedimentos de saúde considerados de alto custo ou não disponíveis no sistema de saúde vigente. Essa prática tem sido observada tanto no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto na saúde suplementar, representada pelos planos de saúde privados.

No Brasil, o direito à saúde possui uma previsão constitucional e é considerado universal (FREITAS, FONSECA, QUELUZ, 2020). No estado do Rio de Janeiro, especificamente, a judicialização do direito médico tem sido uma realidade presente, como observado na criação do Núcleo de Assessoria Técnica (NAT), instituído em 2009, que visa fornecer subsídios técnicos aos magistrados em processos relacionados a pedidos envolvendo a área da saúde (PEÇANHA, SIMAS, LUIZA, 2019).

A necessidade de recorrer à justiça para garantir o acesso a tratamentos e medicamentos levanta questões importantes sobre o funcionamento e a efetividade do sistema de saúde. A judicialização do direito médico evidencia a complexidade dos desafios enfrentados pelos gestores de saúde na reorientação das práticas assistenciais, tendo em vista o equilíbrio entre as demandas individuais e a capacidade de atendimento do sistema de saúde como um todo (FREITAS, FONSECA, QUELUZ, 2020).

É importante destacar que a judicialização da saúde não se restringe apenas ao fornecimento de medicamentos e tratamentos de alto custo, mas também abrange a ampliação dos procedimentos cobertos pelos planos de saúde privados (BOBSIN, 2021). Dessa forma, a judicialização do direito médico no estado do Rio de Janeiro abarca uma diversidade de questões e demandas relacionadas à assistência médica.

Diante desse contexto, é fundamental compreender os fatores determinantes da judicialização do direito médico e analisar o papel desempenhado pela justiça na efetivação dos direitos à saúde. Estudos e análises das decisões judiciais proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado podem contribuir para uma melhor compreensão desse fenômeno e subsidiar os gestores de saúde na busca por soluções que conciliem o acesso à saúde com a sustentabilidade do sistema (FREITAS, FONSECA, QUELUZ, 2020).

Em suma, a judicialização do direito médico no estado do Rio de Janeiro representa um desafio complexo para os gestores de saúde, exigindo a busca por soluções que garantam o acesso à saúde de forma equânime e eficiente. Este trabalho tem como objetivo analisar a judicialização do direito médico no Estado do Rio de Janeiro, avaliando o número de ações judiciais na área médica nos últimos 10 anos, os motivos e consequências para pacientes e médicos, os resultados dos julgamentos, a celeridade no julgamento, o valor das condenações, as especialidades médicas mais demandadas judicialmente, a natureza das pessoas e das pessoas jurídicas no polo passivo, e a distribuição dos processos por sexo do autor e réu. A pesquisa aborda a judicialização da saúde no contexto específico do Estado do Rio de Janeiro. A compreensão dos fatores que levam à judicialização e a análise das decisões judiciais são importantes ferramentas para orientar as políticas públicas e práticas assistenciais, visando à melhoria do sistema de saúde como um todo.

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

Analisar a judicialização do direito médico no Estado do Rio de Janeiro.

2.2. Objetivos específicos

- a) Avaliar o número de ações judiciais na área médica no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, (STF, NO STJ, CFM, CREMERJ) decorrente de processos éticos e erros médicos em todo o Estado do Rio de Janeiro nos últimos 10 anos (de 2013 a 2023).
- b) Analisar os motivos e as consequências aos pacientes (Morte, Danos estéticos, necessidades de novas cirurgias, Perda de órgão ou função do organismo, Tetraplegia, Estado vegetativo irreversível, Sequelas neurológicas, Cegueira, Sequelas motoras, Corpo estranho abandonado no interior do organismo, Diagnóstico falso positivo de câncer, Contaminação com vírus HIV em transfusão) aos médicos (Perda do registro, e outros).
- c) Quantificar os municípios do Estado do Rio de Janeiro com maior quantidade de processos abertos.
- d) Avaliar os resultados do julgamento na primeira e demais instâncias.

- e) Verificar a celeridade no julgamento nos processos éticos e erros médicos do Estado do Rio de Janeiro.
- f) Compreender o Valor da condenação: STF (aumentou ou diminuiu) e STJ (aumentou ou diminuiu).
- g) Analisar as especialidades médicas mais demandadas judicialmente, no Supremo Tribunal de Justiça, e no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Ginecologia/Obstetrícia Traumatologia-Ortopedia Cirurgia Plástica, Cirurgia Geral, Neurocirurgia, Pediatria, Oftalmologia, Anestesiologia, Hematologia, Otorrinolaringologia).
- h) Verificar a natureza das pessoas (Médicos, profissionais liberais, Pessoas jurídicas, Pessoas jurídicas mais o profissional liberal) e das pessoas jurídicas (Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde, Poder Público, Operadoras de Planos de Saúde) no polo passivo no Estado do Rio de Janeiro.
- i) Avaliar os processos por sexo do autor e réu no Estado do Rio de Janeiro.

3. Método

Será realizado um levantamento de todas as ações judiciais na área médica que tramitaram nos últimos 10 anos (de 2013 a 2023) nos tribunais do Estado do Rio de Janeiro, STF, STJ, CFM e CREMERJ. Esses dados serão coletados a partir de sistemas eletrônicos de busca disponibilizados pelos tribunais e também por meio de consulta a advogados especializados na área.

As ações judiciais serão classificadas de acordo com o motivo da demanda, as especialidades médicas envolvidas, a natureza das pessoas e das pessoas jurídicas no polo passivo, e a distribuição dos processos por sexo do autor e réu. Os dados serão analisados estatisticamente e discutidos à luz do referencial teórico para identificar tendências e padrões nas ações judiciais da área médica no Estado do Rio de Janeiro.

Será realizada uma análise dos resultados dos julgamentos na primeira e demais instâncias, verificando a celeridade no julgamento dos processos éticos e erros médicos do Estado do Rio de Janeiro, bem como o valor das condenações no STF e STJ. Os resultados serão apresentados em um relatório final que incluirá

gráficos, tabelas e estatísticas, além de uma discussão detalhada dos principais achados da pesquisa.

3.1. Participantes

Pacientes: Serão avaliadas a abordagem do papel dos pacientes na judicialização do direito médico, incluindo suas motivações para buscar a via judicial e os direitos e demandas comuns relacionados à área médica. Destaque para as dificuldades enfrentadas pelos pacientes na busca por seus direitos e as consequências da judicialização para sua saúde e bem-estar.

Profissionais de Saúde: Apresentação dos profissionais de saúde envolvidos na judicialização, seus papéis como testemunhas, peritos ou requerentes, e os desafios éticos e jurídicos que enfrentam. Ênfase na importância da documentação adequada e no risco de processos.

Instituições de Saúde: Descrição das instituições de saúde envolvidas na judicialização, sua responsabilidade no fornecimento de serviços médicos e garantia dos direitos dos pacientes, e os impactos financeiros e operacionais das ações judiciais sobre elas.

Poder Judiciário: Apresentação do papel do Poder Judiciário no processo de judicialização do direito médico, incluindo a atuação dos juízes, promotores e demais profissionais jurídicos. Discussão dos desafios enfrentados pelo Poder Judiciário no equilíbrio entre garantir o direito à saúde e evitar a sobrecarga do sistema judiciário.

Serão avaliadas as publicações do tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro acerca da judicialização do direito médico no Estado do Rio de Janeiro.

3.2. Critérios de inclusão

Critérios Clínicos: Casos relacionados a questões médicas abrangendo diferentes áreas da saúde no Estado do Rio de Janeiro, como diagnóstico, tratamento, medicamentos e cirurgias.

Critérios Legais: Casos embasados em dispositivos legais do direito médico, envolvendo processos judiciais em andamento ou finalizados.

Critérios Temporais: Casos que abrangem o período de 2013 a 2023 para compreender a evolução e atualidade da judicialização do direito médico no Estado do Rio de Janeiro.

Critérios de Disponibilidade de Dados: Casos com informações e documentos relevantes disponíveis para análise, como peças processuais, laudos médicos, pareceres técnicos e decisões judiciais.

3.3. Critérios de exclusão

Casos não relacionados ao direito médico: Excluir casos que não estejam diretamente relacionados a questões médicas, como disputas contratuais ou outras áreas do direito não relacionadas à saúde.

Casos fora do escopo geográfico: Excluir casos que não estejam relacionados ao Estado do Rio de Janeiro, focando apenas em situações que ocorreram nessa região.

Casos sem embasamento legal: Excluir casos que não apresentem fundamentação legal adequada, ou seja, aqueles que não estejam respaldados por leis, regulamentos ou jurisprudências pertinentes ao direito médico.

Casos muito antigos: Excluir casos que estejam além do período definido de 2013 a 2023 para análise, priorizando situações mais recentes para compreender as tendências atuais da judicialização do direito médico.

3.4. Procedimentos

3.4.1. Procedimentos Judiciais

- Descrição dos principais procedimentos judiciais relacionados ao direito médico no Estado do Rio de Janeiro, com base nos registros do Tribunal de Justiça.
- Exploração das etapas processuais, desde a petição inicial até a sentença final, utilizando informações disponíveis na base de dados do Tribunal de Justiça.
- Análise das particularidades e requisitos dos procedimentos judiciais no contexto do direito médico, com base em jurisprudências e decisões registradas no Tribunal de Justiça.

3.4.2. Procedimentos Administrativos

- Apresentação dos procedimentos administrativos relacionados ao direito médico e registrados nos processos do Tribunal de Justiça.

- Análise das etapas e dos órgãos envolvidos nos procedimentos administrativos, como fiscalização e agências reguladoras.
- Discussão sobre a interação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos judiciais na judicialização do direito médico, com base em casos registrados no Tribunal de Justiça.

3.4.3. Procedimentos Éticos e Disciplinares

- Descrição dos procedimentos éticos e disciplinares aplicáveis aos profissionais de saúde na judicialização do direito médico, com base nos registros do Tribunal de Justiça.
- Análise das etapas e dos órgãos responsáveis pela condução desses procedimentos, como conselhos profissionais e comissões de ética.
- Discussão das possíveis sanções e consequências decorrentes dos procedimentos éticos e disciplinares, utilizando casos e precedentes encontrados na base de dados do Tribunal de Justiça.

3.5. Análise estatística

Neste estudo, será realizada uma análise estatística dos processos judiciais, administrativos e éticos relacionados ao direito médico no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar padrões, tendências e insights relevantes para compreender a judicialização do direito médico.

Coleta de Dados: Os dados serão coletados a partir de fontes disponíveis, como registros do Tribunal de Justiça, órgãos administrativos e conselhos profissionais. Serão considerados dados relevantes relacionados aos casos de judicialização do direito médico, incluindo informações sobre as partes envolvidas, processos judiciais, decisões, prazos, entre outros.

Organização e Preparação dos Dados: Os dados coletados serão organizados e preparados para a análise estatística. Isso inclui a verificação de consistência, tratamento de dados faltantes ou inconsistentes, e a codificação adequada das variáveis relevantes.

Exploração Descritiva: Serão realizadas análises descritivas dos dados, como cálculo de frequências, médias, desvios padrão e gráficos, para fornecer uma visão

geral dos casos de judicialização do direito médico. Essa etapa ajudará a identificar características dos processos, perfis das partes envolvidas e distribuição das demandas.

Análise de Associação: Serão realizadas análises estatísticas para identificar associações entre variáveis relevantes. Isso pode envolver o uso de testes de hipóteses, como o teste qui-quadrado ou teste t de Student, para avaliar a relação entre variáveis categóricas ou contínuas, respectivamente.

Análise de Tendências Temporais: Será investigada a existência de tendências temporais na judicialização do direito médico, considerando o período de análise. Isso pode ser feito por meio de análise de regressão, séries temporais ou outras técnicas adequadas, para identificar mudanças ao longo do tempo.

Interpretação dos Resultados: Os resultados da análise estatística serão interpretados com base nos objetivos da pesquisa e na revisão da literatura. Serão discutidos os principais achados, suas implicações e possíveis limitações do estudo.

4. Cronograma e execução

O cronograma de execução do projeto está apresentado abaixo na tabela 1.

Tabela 1. Cronograma de execução do estudo.

Etapas	Junho- Junho 2023	Agosto- Outubro 2023	Novembro 2023- Fevereiro 2024	Março- Abril 2024	Maió- Junho 2024	Até Março 2025
Aprovação do projeto no CEP	X					
Coleta da dados		X	X			
Comparação dos achados			X	X	X	
Envio do relatório parcial			X			
Apresentação dos resultados parciais			X			
Envio do relatório de conclusão					X	
Apresentação do trabalho concluído					X	
Publicação do trabalho em eventos e revista científica					X	X

CEP = Comitê de Ética em Pesquisa.

6. Relevância

A judicialização do direito médico no estado do Rio de Janeiro é um tema de grande importância e atualidade, uma vez que evidencia a crescente complexidade na relação entre médicos e pacientes, resultando em um aumento significativo de casos levados aos tribunais. De acordo com estudos, a busca por cobertura de procedimentos médicos, cobertura de outros tratamentos e incorporação tecnológica, exames, medicamentos e órteses, próteses e materiais especiais (OPME) são algumas das principais causas da judicialização na área da saúde (FREITAS, FONSECA, QUELUZ, 2020).

A Constituição Federal de 1988 garante o direito à saúde como um dever do Estado, por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde (PAIXÃO, 2023). A judicialização da saúde pode ser vista como um espaço de diálogo entre os principais atores envolvidos no processo de formulação, gestão e fiscalização das políticas públicas de saúde (MARQUES, ROCHA, ASENSI, MONNERAT, 2019).

No contexto da judicialização do direito médico, é importante compreender as consequências desse fenômeno para todas as partes envolvidas. Além disso, a análise do número de ações judiciais e das causas das insatisfações dos pacientes pode fornecer insights valiosos para a identificação de soluções que minimizem esse fenômeno. Isso contribuirá para uma melhor compreensão do sistema judiciário e das necessidades dos pacientes, e, conseqüentemente, poderá auxiliar na melhoria do sistema de saúde como um todo (SILVA, NICOLLETTI, 2020).

7. Referências

ARQUES, A., ROCHA, C., ASENSI, F., & MONNERAT, D. M.. (2019). **Judicialização da saúde e medicalização**: uma análise das orientações do Conselho Nacional de Justiça. Estudos Avançados, 33(95), 217–234. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3395.0014>

BOBSIN, AURUM. **"Judicialização da Saúde: Entenda o que é e como funciona"**. Aurum, 2023. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/judicializacao/>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

FREITAS, B. C., FONSECA, E. P., & QUELUZ, D. P. (s.d.). **A Judicialização da saúde nos sistemas público e privado de saúde: uma revisão sistemática**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 24, e190345. Recuperado em 24 de maio de 2023, de <https://doi.org/10.1590/Interface.190345>

PEÇANHA, L. O., SIMAS, L., LUIZA, V. L. **Judicialização de medicamentos no Estado do Rio de Janeiro: evolução de 2010 a 2017**. Saúde em Debate [online]. v. 43, n. spe4 [Acessado 24 Maio 2023], pp. 61-70. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S406>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S406>.

SILVA, A. C. DE A., NICOLETTI, M. A. **Judicialização da saúde: uma análise do fenômeno e suas consequências para a sociedade brasileira**. Revista De Direito Sanitário, 20(3), 139-153, (2020). <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v20i3p139-153>